



Estado do Piauí
Palácio de Karnak
Gabinete do Governador

MENSAGEM Nº 48/GG

Teresina (PI), 22 de outubro de 2020.

A Sua Excelência, o Senhor
Deputado **THEMÍSTOCLES DE SAMPAIO PEREIRA FILHO**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí
NESTA CAPITAL

LIDO NO EXPEDIENTE

Em, 04/11/2020

Protocolado e assinado eletronicamente

ALEPI/SGM

1ª Secretário

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Excelentíssimas Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossas Excelências para que seja submetido à superior deliberação desse Poder Legislativo a Proposta de Emenda Constitucional que **"Acréscenta o art. 38-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Piauí, para criar o Conselho de Governança Fiscal do Estado."**

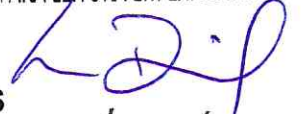
A presente Proposta de Emenda à Constituição do Estado do Piauí tem por finalidade criar o Conselho de Governança Fiscal do Estado, constituído pelo Governador do Estado, pelos Presidentes da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas do Estado, pelo Procurador-Geral de Justiça e pelo Defensor Público-Geral, pelo papel que os Poderes e órgãos independentes que titularizam exercerem na execução do orçamento público.

Pela Proposta de Emenda Constitucional apresentada, o Conselho de Governança Fiscal terá por objetivo precípua zelar pelo equilíbrio fiscal do Estado, constituindo-se, portanto, em instância de diálogo constante, alinhamento de informações, harmonização e coordenação de ações e compartilhamento de esforços entre os Poderes e Órgãos representados, no que se refere à Gestão Fiscal.

Assim, tendo em mente a importância da matéria, solicito aos membros dessa Augusta Casa sua apreciação e pelas razões expostas a aprovação do Projeto de Lei que ora submeto à superior consideração desse Egrégio Poder Legislativo.


JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS
Governador do Estado do Piauí

26/10/2020
PARA LEITURA EM EXPEDIENTE


Lucas Dias de A. Guerra
Assessor Sec. Geral da Mesa



Estado do Piauí
Palácio de Karnak
Gabinete do Governador

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 01, DE 22 DE OUTUBRO DE 2020

LIDO NO EXPLORADOR

Em, 04/11/2020

Protocolado e assinado eletronicamente

ALEPI/SGM

1º Secretário

Acrescenta o art. 38-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Piauí, para criar o Conselho de Governança Fiscal do Estado.

A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, nos termos do art. 74, § 2º, da Constituição Estadual, promulga a seguinte Emenda à Constituição do Estado do Piauí:

Art. 1º Fica acrescido o art. 38-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Piauí, com a seguinte redação:

“Art.38-A. Fica criado o Conselho de Governança Fiscal do Estado, com o objetivo precípuo de zelar pelo equilíbrio fiscal do Estado, composto pelos seguintes membros:

- I - Governador do Estado;
- II – Presidente da Assembleia Legislativa;
- III – Presidente do Tribunal de Justiça;
- IV – Procurador-Geral de Justiça;
- V – Presidente do Tribunal de Contas do Estado;
- VI – Defensor Público-Geral.

§ 1º Compete ao Conselho de Governança Fiscal do Estado:

- I – promover a harmonização e coordenação de ações entre os Poderes e Órgãos representados por seus integrantes, no que se refere à Gestão Fiscal;
- II – estabelecer diretrizes de distribuição equânime de esforços e medidas de eficiência fiscal;
- III – acompanhar e avaliar os resultados do Novo Regime Fiscal, instituído nos termos do art. 37 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
- IV - propor alteração nos limites a que se refere o inciso II do § 1º do art. 38 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, caso se mostre necessário ao equilíbrio fiscal do Estado;
- V - propor a prorrogação do Novo Regime Fiscal, caso se mostre necessário ao equilíbrio fiscal do Estado;
- VI - disseminar práticas que resultem em maior eficiência na alocação e execução do gasto público, na arrecadação de receitas, no controle do endividamento e na transparência da gestão fiscal.

§ 2º O Conselho de Governança Fiscal do Estado se reunirá, no mínimo, 3 (três) vezes ao ano, preferencialmente nos meses de fevereiro, junho e outubro, após a emissão dos Relatórios de Gestão Fiscal previstos no art. 54 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, ocasiões em que deverá, dentre outras ações decorrentes de suas competências, proceder ao